

# Cartório Notarial

Notário

*Dr. Lima Pinto*



**Certifica:**

☒

Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme o original.

☒

Que foi extraída neste Cartório do livro de notas para escrituras diversas

número 27 - A de folhas vinte e nove

a folhas trinta verso

☐

Vai conforme o original, com o respectivo documento complementar.

☐

Que foi extraída neste Cartório do Testamento exarado de folhas

\_\_\_\_\_ a folhas \_\_\_\_\_ do livro de Testamentos n.º

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

☐

Que foi extraída neste Cartório do documento arquivado sob o número

\_\_\_\_\_ do ano de dois mil e dez, do maço de documentos a

que se refere a alínea \_\_\_\_\_, do n.º 2 do Art.º 28 do Código do

Notariado, referente ao livro número \_\_\_\_\_.

☒

Que ocupa quatro folhas que têm aposto o carimbo deste

Cartório e estão, todas numeradas e por mim, rubricadas.

Cartório Notarial, onze de dezembro de 20 13

Conta registada sob o n.º PA 830/2013

O Notário / A colaboradora

Paulina Costa da Silva  
38815

## ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

—No dia onze de Dezembro de dois mil e treze, na Avenida Vasco da Gama, nº 1410, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia, perante mim *José Augusto Lima Pinto*, Notário deste concelho com Cartório Notarial na Alameda D. Pedro V, nº 35, freguesia de Mafamude, compareceu:—

—Dr. Rui Manuel Machado de Noronha Mendes ( B.I.2984002 de 17/03/2008 dos SIC do Porto), casado, natural da freguesia de Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, residente na Rua Professor António Rocha, nº 320, freguesia de Vila Nova da Telha, concelho de Maia, o qual, na qualidade de membro do conselho de administração, intervém em representação da FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, com sede na referida Avenida Vasco da Gama, nº 1410, freguesia de Oliveira do Douro, registada na Conservatória do Registo Comercial de Vila nova de Gaia sob o número único de matrícula e pessoa colectiva **quinhentos e um milhões duzentos e oito mil quinhentos e oitenta e cinco**, no uso dos poderes que verifiquei serem os necessários para este ato, conferidos pela ata número oitenta e oito extraída da reunião do Conselho de Administração, realizada em trinta e um de Maio do ano corrente, da qual me apresentou fotocópia devidamente autenticada, que arquivo.—

—Verifiquei a identidade do outorgante por conhecimento pessoal.—

—**E DECLAROU:**—

—Que, pela presente escritura, na qualidade em que intervém e

23

no uso dos poderes conferidos, dá cumprimento ao deliberado na mencionada reunião do Conselho de Administração, formalizando a alteração dos Estatutos da Fundação Salvador Caetano, consubstanciada na eliminação das alíneas a) e d) e reformulação das alíneas b) e c) as quais passam a ser a) e b) todas do número três do artigo quarto; alteração integral do artigo nono e aditamento de dois números; aditamento de um número três ao artigo décimo; alteração do artigo décimo primeiro e alteração do número um do artigo décimo quinto, os quais passam a ter a seguinte nova redação:\_\_\_\_\_

#### ARTIGO QUARTO

- 1.-(Inalterado).\_\_\_\_\_
- 2.(Inalterado).\_\_\_\_\_
3. A Fundação procurará ainda levar a cabo os objetivos seguintes:\_\_\_\_\_
  - a) Criação do troféu Salvador Fernandes Caetano, destinado a galardoar melhor projeto de mobilidade;\_\_\_\_\_
  - b) Instituição do prémio Salvador Fernandes Caetano para o estudante que, em cada ano, obtenha a melhor classificação em cursos de gestão.-

#### ARTIGO NONO

- 1.A administração da Fundação compete ao Conselho de Administração e à Direção.\_\_\_\_\_
2. O Conselho de Administração é composto por três membros, de entre os quais um será o presidente.\_\_\_\_\_
3. Direção é composta por três membros, pertencentes ao Conselho de Administração e designados pelo Conselho de Administração.\_\_\_\_\_
4. A Fundação obriga-se pela assinatura de dois dos seus administrado-

*L*

res. \_\_\_\_\_

5. O Conselho de Administração pode constituir mandatários para a prática de determinados atos ou categorias de atos, bem como constituir comissões consultivas para o estudo dos assuntos ao mesmo cometidos. \_\_\_\_\_

6. O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Direção tem a duração de três anos, sendo renovável uma ou mais vezes. —

### ARTIGO DÉCIMO

1.(Inalterado). \_\_\_\_\_

2.(Inalterado). \_\_\_\_\_

3.À Direção compete a gestão corrente da Fundação. \_\_\_\_\_

### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

As funções de membro do Conselho de Administração e da Direção serão ou não remuneradas, conforme deliberação do Conselho de Administração que, em caso afirmativo, fixará os respectivos montantes, de acordo com as disponibilidades da Fundação e sem prejuízo do preenchimento dos fins que ela visa. \_\_\_\_\_

### ARTIGO DÉCIMO QUINTO

1.As deliberações do Conselho de Administração, da Direção e do Conselho Fiscal são tomadas por maioria de votos dos seus titulares, tendo o presidente direito a voto de qualidade no caso de empate, quanto ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal. \_\_\_\_\_

2.(Inalterado). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Assim o outorgou. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ARQUIVO: \_\_\_\_\_

P. 4

\_\_\_\_\_a)Fotocópia autenticada da mencionada ata.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b)Ofício número 3297/DAJD/2013 expedido em 25/11/2013 pela Presidência do Conselho de Ministros (secretaria-geral), onde consta o despacho de autorização da modificação de estatutos acima efectuada, proferido pelo Senhor Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Uma impressão feita hoje da certidão permanente da Fundação com o código de acesso 8031-8183-1840.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Assim o outorgou.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Esta escritura foi lida e o seu conteúdo explicado ao outorgante.

*Dr. Paulo Machado Noronha Mendes*

O Notário

*[Assinatura]*

Conta registada sob o nº 1830/2013 L

Foi emitida factura/recibo 9



## **FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO**

### **CAPÍTULO PRIMEIRO**

**NOME, INSTITUIDORES, EMPRESAS A INTEGRAR OS ÓRGÃOS SOCIAIS,  
NATUREZA, DURAÇÃO, SEDE E FINS**

#### **ARTIGO PRIMEIRO**

1. A Fundação Salvador Caetano é uma instituição portuguesa, particular, de carácter perpétuo, que se rege pelos presentes estatutos e pela lei. -----
2. É instituída pela Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A.; Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Minho), S.A.; Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Coimbra), S.A.; Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Setúbal), S.A.; Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Algarve), S.A. e Transmotor – Sociedade Comercial e Industrial de Veículos de Transporte e Motores, S.A.. -----
3. Por alteração de denominação de firma, a Salvador Caetano - Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A. passou a denominar-se Toyota Caetano Portugal, S.A.. A Transmotor – Sociedade Comercial e Industrial de Veículos de Transporte e Motores, S.A., alterou a denominação para Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Porto), S.A. e a fusão ocorrida entre Salvador Caetano - Comércio de Automóveis (Minho), S.A.; Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Coimbra), S.A.; Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Setúbal), S.A.; Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Algarve), S.A. e Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Porto), S.A. deu origem à Salvador Caetano – Comércio de Automóveis, S.A., a qual por sua vez deu origem à Caetano Auto, S.A.. -----
4. De agora em diante, entende-se por instituidores a Toyota Caetano Portugal, S.A. e a Caetano Auto, S.A.. -----

## **ARTIGO SEGUNDO**

Podem integrar os Órgãos da Fundação outras empresas que estejam em relação direta ou indireta, através de pessoas ou empresas, com as instituidoras. -----

## **ARTIGO TERCEIRO**

A Sede da Fundação é na Avenida Vasco da Gama, nº 1410, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia, podendo ser transferida para outro local por deliberação do Conselho de Administração, que pode, igualmente, criar dependências. -----

## **ARTIGO QUARTO**

1. A Fundação, sem finalidade lucrativa, visa, em geral, a prossecução de fins de solidariedade social, educativos, artísticos e culturais. -----
2. Em especial, a Fundação procurará, na medida das suas possibilidades, levar a cabo os objetivos seguintes: -----
  - a) Atribuição de participações nas despesas de proteção à saúde; -----
  - b) Criação de colónias de férias e outras formas de ocupação de tempos livres;
  - c) Pagamento aos filhos menores, no caso de falecimento do beneficiário, das inscrições e propinas com a frequência de estabelecimentos de ensino; -----
  - d) Atribuição de subsídios de nascimento, de casamento e por morte; -----
  - e) Atribuição de prémios e subsídios de estudo; -----
  - f) Promoção da estrutura necessária para apoio aos reformados; -----
  - g) Apoio na resolução dos problemas habitacionais. -----
3. A Fundação procurará ainda levar a cabo os objetivos seguintes: -----
  - a) Criação do troféu Salvador Fernandes Caetano, destinado a galardoar o melhor projeto de mobilidade; -----
  - b) Instituição do prémio Salvador Fernandes Caetano para o estudante que, em cada ano, obtenha a melhor classificação em cursos de gestão. -----

## **ARTIGO QUINTO**

A Fundação beneficia os trabalhadores subordinados, por contrato de trabalho, às empresas instituidoras e empresas a integrar os Órgãos Sociais. -----

*CAPÍTULO SEGUNDO*  
*PATRIMÓNIO E RECEITAS*

**ARTIGO SEXTO**

O património da Fundação é inicialmente constituído por cento e vinte e quatro mil seiscientos e noventa e nove euros e quarenta e sete cêntimos, correspondente às seguintes participações dos instituidores: -----

- a) Setenta e quatro mil oitocentos e dezanove euros e sessenta e oito cêntimos, pela atual Toyota Caetano Portugal, S.A.; -----
- b) Quarenta e nove mil oitocentos e setenta e nove euros e setenta e nove cêntimos, pela atual Caetano Auto, S.A.. -----

**ARTIGO SÉTIMO**

Constituem receitas da Fundação: -----

- a) Os rendimentos dos bens do seu património; -----
- b) A comparticipação inicial das empresas a integrar os Órgãos Sociais; -----
- c) A contribuição mensal dos instituidores e das empresas a integrar os Órgãos Sociais, correspondente a uma percentagem do montante global das remunerações que cada um paga aos seus trabalhadores, subordinados por contrato de trabalho; -----
- d) Os donativos e subsídios de qualquer natureza que lhe sejam atribuídos; ----
- e) As heranças, legados ou doações de que seja destinatária; -----
- f) Os rendimentos dos prédios que adquira a título gratuito ou oneroso. -----

*CAPÍTULO TERCEIRO*

*CONSELHO DOS INSTITUIDORES, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO*

**ARTIGO OITAVO**

1. Ao Conselho dos Instituidores compete eleger e destituir o presidente e os vogais do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como, ainda admitir e excluir as empresas a integrar ou que integram os Órgãos Sociais.-----
2. O Conselho dos Instituidores deve ser convocado pelo Conselho de Administração e pode sê-lo por qualquer um dos instituidores. -----



## **ARTIGO NONO**

1. A administração da Fundação compete ao Conselho de Administração e à Direção.-----
2. O Conselho de Administração é composto por três membros, de entre os quais um será o presidente.-----
3. A Direção é composta por três membros, pertencentes ao Conselho de Administração e designados pelo Conselho de Administração.-----
4. A Fundação obriga-se pela assinatura de dois dos seus administradores.-----
5. O Conselho de Administração pode constituir mandatários para a prática de determinados atos ou categorias de atos, bem como constituir comissões consultivas para o estudo dos assuntos ao mesmo cometidos.-----
6. O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Direção tem a duração de três anos, sendo renovável uma ou mais vezes.-----

## **ARTIGO DÉCIMO**

1. Ao Conselho de Administração competem os mais amplos poderes de representação da Fundação, de gerência do seu património e de realização dos fins para que foi instituída, cabendo-lhe elaborar anualmente, e submeter ao Conselho Fiscal, o relatório e contas da gerência, bem como o orçamento e programa de ação para o ano seguinte.-----
2. Em especial, são atribuições do Conselho de Administração:-----
  - a) A regulamentação das condições de admissão das Empresas a integrar os Órgãos Sociais; -----
  - b) A regulamentação da atribuição dos benefícios previstos no artigo quarto;-----
  - c) A regulamentação dos critérios de fixação das participações iniciais e contribuições mensais previstas nas alíneas b) e c) do artigo sétimo;-----
  - d) A aceitação de doações, heranças e legados;-----
  - e) A aquisição e alienação de quaisquer bens móveis ou imóveis, a título gratuito ou oneroso, tanto para preenchimento dos fins institucionais ou instalação dos serviços, como para fruição e rendimento.-----
3. À Direção compete a gestão corrente da Fundação.-----

### **ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO**

As funções de membro do Conselho de Administração e da Direção serão ou não remuneradas, conforme deliberação do Conselho de Administração que, em caso afirmativo, fixará os respetivos montantes, de acordo com as disponibilidades da Fundação e sem prejuízo do preenchimento dos fins que ela visa.-----

### **ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO**

1. O Conselho Fiscal é constituído por três membros, nomeados nos termos previstos no número um do artigo oitavo. -----
2. O mandato dos membros do Conselho Fiscal tem a duração de três anos, sendo renovável uma ou mais vezes.-----

### **ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO**

1. Compete ao Conselho Fiscal vigiar pelo cumprimento da lei e dos estatutos e pronunciar-se, anualmente, sobre o relatório e contas da gerência, bem como sobre o orçamento e programa de ação para o ano seguinte.-----
2. Em especial, são atribuições do Conselho Fiscal:-----
  - a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da Fundação, sempre que o julgue conveniente;-----
  - b) Verificar se a aplicação dos rendimentos se realizou de harmonia com os fins estatutários;-----
  - c) Emitir parecer sobre os assuntos das duas alíneas anteriores e os que lhe sejam submetidos pelo Conselho de Administração;-----
  - d) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões do Conselho de Administração, sempre que o julgue conveniente.-----

### **ARTIGO DÉCIMO QUARTO**

As funções de membro do Conselho Fiscal serão ou não remuneradas, conforme deliberação do Conselho de Administração que, em caso afirmativo, fixará os respetivos montantes, de acordo com as disponibilidades da Fundação e sem prejuízo do preenchimento dos fins que ela visa. -----

### **ARTIGO DÉCIMO QUINTO**

1. As deliberações do Conselho de Administração, da Direção e do Conselho Fiscal são tomadas por maioria de votos dos seus titulares, tendo o presidente direito a voto de qualidade no caso de empate, quanto ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.-----
2. As deliberações do Conselho dos Instituidores são tomadas por maioria de votos dos seus titulares, cabendo à instituidora Toyota Caetano Portugal, S.A., 15 votos e à instituidora Caetano Auto, S. A., 10 votos -----

### **CAPÍTULO QUARTO**

#### **ALTERAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS ESTATUTOS**

### **ARTIGO DÉCIMO SEXTO**

Os Estatutos da Fundação podem ser modificados por deliberação do Conselho de Administração, que deverá respeitar sempre a vontade dos instituidores quanto à denominação e fins.-----

### **ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO**

A interpretação dos presentes Estatutos e a integração das suas lacunas serão da competência do Conselho de Administração, que terá sempre em conta o sentido que for mais adequado à cabal prossecução dos fins da Fundação, de acordo com a vontade dos instituidores.-----

